



## VIÇOSERV SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Avançado Muriaé

A/C SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Prezados Senhores:

Solicitamos que seja feita a repactuação de preço do contrato de nº 007/2018 (Manutenção), celebrado entre o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Avançado Muriaé** e a empresa **Viçoserv Serviços Especiais Eireli.**, referente ao Processo Licitatório nº 23232.000279/2018-31– Pregão Eletrônico nº 02/2018, tendo em vista as alterações na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, para o ano de 2019, conforme planilha em anexo.

- Oficial de Manutenção Predial

Atenciosamente,



Nilda Viana Dias  
Sócio/Diretor  
CPF- 061.525.346-66

---

VIÇOSERV SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.



Viçosa-Mg 23 de Agosto de 2019.

Pregão Eletrônico 02/2018  
Processo: 23232.000279/2018-31

Elaborado em: 24/07/18

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE						
RAZÃO SOCIAL: VIÇOSERV SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.						
ENDEREÇO COMPLETO: RUA ERNESTINA BATISTA, 31, CS 01, SILVESTRE, VIÇOSA-MG						
TELEFONE: (31)38925395						
E-MAIL: claudiano@resolvegrupo.com.br						
DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: 20/07/2018						
ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	UNIDADE	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	VALOR TOTAL ANUAL
2	Serviço de Oficial de Manutenção Predial.	Posto	2	3.071,18	R\$ 6.142,36	R\$ 221.124,96
					R\$ 6.142,36	R\$ 221.124,96
CUSTO GLOBAL ESTIMADO PARA O CONTRATO					R\$ 6.142,36	R\$ 221.124,96
RELAÇÃO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E UNIFORMES						
Seq	Descrição	Unidade	Quant. Mensal	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor Total
Constam em planilhas específicas						

  
Nilda Viana Dias  
Sócio/Diretor  
CPF: 061.525.346-66

**DADOS DA PROPONENTE**

Razão Social: VIÇOSERV SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.  
CNPJ nº: 13.964.979/0001-60  
Endereço: RUA ERNESTINA BATISTA Nº 31 - SILVESTRE  
Cidade: VIÇOSA - MG- CEP 36.570-000  
Validade da Proposta 60 (sessenta) dias.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Discriminação dos Serviços			
A	Data de apresentação da proposta		
B	Município		Muriae/MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		MG003065/2019
D	Nº de meses de execução contratual		36
Identificação do Serviço			
	Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
	Manutenção Predial	Posto de serviço	2
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional		R\$ 1.053,80
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Oficial de Manutenção Predial
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2019
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
A	Salário Base		1053,80
B	Adicional Periculosidade		0,00
C	Adicional Insalubridade (aplicado sobre o salário mínimo nacional)		199,60
D	Adicional Noturno		0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			1253,40
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13º (Décimo-terceiro) salário	8,33%	104,41
B	Férias e Adicional de 1/3 de Férias	11,11%	139,27
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			243,67
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	299,41
B	Salário Educação	2,50%	37,43
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	2,00%	29,94
D	SESC ou SESI	1,50%	22,46
E	SENAL - SENAC	1,00%	14,97
F	SEBRAE	0,60%	8,98
G	INCRA	0,20%	2,99
H	FGTS	8,00%	119,77
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			535,95
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte	-	71,24
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	364,14
C	Assistência Médica e Familiar	-	0,00
D	Seguro de Vida	-	5,00
E	Auxílio Morte/Funeral	-	\$0,08
F	Abono de férias	-	31,93
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			440,46
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		243,67
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		535,95
2.3	Benefícios Mensais e Diários		440,46
TOTAL DO MÓDULO 2			1220,08
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO		VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	5,26
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	-	0,42
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,24%	3,01
D	Aviso Prévio Trabalhado	-	12,56
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	-	4,50
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	4,78%	59,91
TOTAL DO MÓDULO 3			85,66
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Férias, 13º (Décimo-terceiro) salário e Adicional de 1/3 de Férias	0,14%	1,75
B	Ausências Legais	-	12,32
C	Licença Paternidade	-	0,31
D	Ausência por Acidente de Trabalho	-	0,16

E	Afastamento Maternidade	-	0,93
F	Ausência por Doença	-	20,82
<b>SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>36,29</b>
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Ausências Legais	35,80%	12,99
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>49,28</b>

<b>Submódulo 4.2 - Intra jornada</b>		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>

<b>QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>			
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			<b>VALOR (R\$)</b>
4.1	Ausências Legais		49,28
4.2	Intra jornada		0,00
<b>TOTAL DO MÓDULO 4</b>			<b>49,28</b>

<b>MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS</b>			
5	<b>INSUMOS DIVERSOS</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	Uniformes	-	43,67
B	Materiais	-	0,00
C	Equipamentos	-	27,93
D	Outros (especificar)	-	0,00
<b>TOTAL DO MÓDULO 5</b>			<b>71,60</b>

<b>MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
6	<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	3,86%	103,44
B	Lucro	3,00%	83,50
C	<b>TRIBUTOS</b>		
C.1	PIS	0,65%	19,96
C.2	COFINS	3,0%	92,13
C.3	ISS	3%	92,13
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>			<b>391,16</b>

a)	Tributos % = $T_o = \frac{\text{Valor Tributos}}{\text{Total}} \times 100$	6,65%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro) = $P_o$	2866,96
c)	$P_o / (1 - T_o) = P_1$	3071,19
	<b>Valor dos Tributos = <math>P_1 - P_o</math></b>	<b>204,23</b>

<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>		
<b>Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1253,40
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS	1220,08
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	85,66
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	49,28
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	71,60
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>2680,02</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	391,16
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>3071,18</b>

<b>QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS</b>					
Tipo de Serviço (A)	Valor Por Empregado(B)	Qde de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qde Postos (E)	VALOR (R\$)
Manutenção Predial	R\$ 3.071,18	1	R\$ 3.071,18	2	R\$ 6.142,36
<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)</b>					<b>R\$ 6.142,36</b>

<b>QUADRO RESUMO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA</b>		
	<b>Descrição</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Valor proposto por unidade de medida*	R\$ 3.071,18
B	Valor mensal do serviço	R\$ 6.142,36
C	Valor Global da Proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato).	<b>R\$ 221.124,96</b>

**DADOS DA PROPONENTE**

Razão Social: VIÇOSERV SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.  
 CNPJ nº: 13.964.979/0001-60  
 Endereço: RUA ERNESTINA BATISTA Nº 31 - SILVESTRE  
 Cidade: VIÇOSA - MG- CEP 36.570-000  
 Validade da Proposta 60 (sessenta) dias.

Pregão Eletrônico 02/2018  
Processo: 23232.000279/2018-31

Elaborado em: 24/07/18

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE						
RAZÃO SOCIAL: VIÇOSERV SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.						
ENDEREÇO COMPLETO: RUA ERNESTINA BATISTA, 31, CS 01, SILVESTRE, VIÇOSA-MG						
TELEFONE: (31)38925395						
E-MAIL: claudiano@resolvegrupo.com.br						
DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: 20/07/2018						
ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	UNIDADE	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	VALOR TOTAL ANUAL
2	Serviço de Oficial de Manutenção Predial.	Posto	2	3.085,36	R\$ 6.170,72	R\$ 222.145,92
					R\$ 6.170,72	R\$ 222.145,92
CUSTO GLOBAL ESTIMADO PARA O CONTRATO					R\$ 6.170,72	R\$ 222.145,92
RELAÇÃO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E UNIFORMES						
Seq	Descrição	Unidade	Quant. Mensal	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor Total
Constam em planilhas específicas						

  
Nilda Viana Dias  
Sócio/Diretor  
CPF: 061.525.346-66

**DADOS DA PROPONENTE**

Razão Social: VIÇOSERV SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.  
CNPJ nº: 13.964.979/0001-60  
Endereço: RUA ERNESTINA BATISTA Nº 31 - SILVESTRE  
Cidade: VIÇOSA - MG- CEP 36.570-000  
Validade da Proposta 60 (sessenta) dias.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Discriminação dos Serviços			
A	Data de apresentação da proposta		
B	Município		Muriae/MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		MG003065/2019
D	Nº de meses de execução contratual		36
Identificação do Serviço			
	Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
	Manutenção Predial	Posto de serviço	2
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional		R\$ 1.053,80
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Oficial de Manutenção Predial
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		1/1/2019
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
A	Salário Base		1053,80
B	Adicional Periculosidade		0,00
C	Adicional Insalubridade (aplicado sobre o salário mínimo nacional)		199,60
D	Adicional Noturno		0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			1253,40
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13º (Décimo-terceiro) salário	8,33%	104,41
B	Férias e Adicional de 1/3 de Férias	11,11%	139,27
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		19,44%	243,67
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	299,41
B	Salário Educação	2,50%	37,43
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	2,00%	29,94
D	SESC ou SESI	1,50%	22,46
E	SENAL - SENAC	1,00%	14,97
F	SEBRAE	0,60%	8,98
G	INCRA	0,20%	2,99
H	FGTS	8,00%	119,77
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		35,80%	535,95
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte	-	71,24
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	376,40
C	Assistência Médica e Familiar	-	0,00
D	Seguro de Vida	-	5,00
E	Auxílio Morte/Funeral	-	\$0,08
F	Abono de férias	-	31,93
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			452,72
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		243,67
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		535,95
2.3	Benefícios Mensais e Diários		452,72
TOTAL DO MÓDULO 2			1232,34
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO		VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	5,26
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	-	0,42
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,24%	3,01
D	Aviso Prévio Trabalhado	-	12,64
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	-	4,53
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	4,78%	59,91
TOTAL DO MÓDULO 3		-	85,77
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Férias, 13º (Décimo-terceiro) salário e Adicional de 1/3 de Férias	0,14%	1,75
B	Ausências Legais	-	12,32
C	Licença Paternidade	-	0,31
D	Ausência por Acidente de Trabalho	-	0,16

E	Afastamento Maternidade	-	0,93
F	Ausência por Doença	-	20,82
<b>SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>36,29</b>
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Ausências Legais	35,80%	12,99
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>49,28</b>

<b>Submódulo 4.2 - Intra jornada</b>		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>

<b>QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>			
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			<b>VALOR (R\$)</b>
4.1	Ausências Legais		49,28
4.2	Intra jornada		0,00
<b>TOTAL DO MÓDULO 4</b>			<b>49,28</b>

<b>MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS</b>			
5	<b>INSUMOS DIVERSOS</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	Uniformes	-	43,67
B	Materiais	-	0,00
C	Equipamentos	-	27,93
D	Outros (especificar)	-	0,00
<b>TOTAL DO MÓDULO 5</b>			<b>71,60</b>

<b>MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
6	<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	3,86%	103,92
B	Lucro	3,00%	83,88
C	<b>TRIBUTOS</b>		
C.1	PIS	0,65%	20,05
C.2	COFINS	3,0%	92,56
C.3	ISS	3%	92,56
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>			<b>392,97</b>

a)	Tributos % = $T_o = \frac{\text{Valor Tributos}}{\text{Total Tributos}} \times 100$	6,65%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro) = $P_o$	2880,19
c)	$P_o / (1 - T_o) = P_1$	3085,37
	<b>Valor dos Tributos = <math>P_1 - P_o</math></b>	<b>205,17</b>

<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>		
<b>Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1253,40
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS	1232,34
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	85,77
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	49,28
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	71,60
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>2692,39</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	392,97
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>3085,36</b>

<b>QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS</b>					
Tipo de Serviço (A)	Valor Por Empregado(B)	Qde de Empregados por posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qde Postos (E)	VALOR (R\$)
Manutenção Predial	R\$ 3.085,36	1	R\$ 3.085,36	2	R\$ 6.170,72
<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)</b>					<b>R\$ 6.170,72</b>

<b>QUADRO RESUMO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA</b>		
	<b>Descrição</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Valor proposto por unidade de medida*	R\$ 3.085,36
B	Valor mensal do serviço	R\$ 6.170,72
C	Valor Global da Proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato).	<b>R\$ 222.145,92</b>

**DADOS DA PROPONENTE**

Razão Social: VIÇOSERV SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.  
 CNPJ nº: 13.964.979/0001-60  
 Endereço: RUA ERNESTINA BATISTA Nº 31 - SILVESTRE  
 Cidade: VIÇOSA - MG- CEP 36.570-000  
 Validade da Proposta 60 (sessenta) dias.

Imprimir

Salvar

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2019**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** MG003065/2019  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 22/08/2019  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR015476/2019  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46211.003366/2019-74  
**DATA DO PROTOCOLO:** 21/08/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DA IND DA CONST CIVIL NO ESTADO DE M GERAIS, CNPJ n. 17.220.252/0001-29, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GERALDO JARDIM LINHARES JUNIOR;

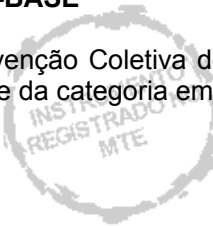
E

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL E DO MOBILIARIO DE VICOSA E REGIAO, CNPJ n. 20.323.952/0001-53, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE HORTA DA SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **trabalhadores na indústria da construção civil**, com abrangência territorial em **Araponga/MG, Cajuri/MG, Canaã/MG, Coimbra/MG, Ervália/MG, Eugenópolis/MG, Guiricema/MG, Mirai/MG, Muriaé/MG, Patrocínio Do Muriaé/MG, Paula Cândido/MG, Porto Firme/MG, Rio Pomba/MG, Rodeiro/MG, Rosário Da Limeira/MG, São Geraldo/MG, São Sebastião Da Vargem Alegre/MG, Tocantins/MG, Tombos/MG e Ubá/MG**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

As partes resolvem fixar, para os trabalhadores da categoria, piso salarial para vigorar no período entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, no valor de **R\$1.053,80 (mil, cinquenta e três reais e oitenta centavos) por mês**.

**Parágrafo único** - Fica estabelecido que, para se obter o valor-hora do piso acima fixado, deverá ser efetuada uma simples operação aritmética, ou seja, dividir o respectivo valor-mês por 220 (duzentos e vinte).

**CLÁUSULA QUARTA - PISOS SALARIAIS ESPECÍFICOS**

**VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/09/2019 a 31/12/2019**

Para os empregadores da construção civil que prestam serviços nas cidades de **Muriaé** e **Ubá**, serão observados os seguintes pisos salariais, que passam a vigorar a partir de 1º de setembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019:

**a) NÃO QUALIFICADOS:** R\$ 1.053,80 (mil e cinquenta e três reais e oitenta centavos) por mês – Serventes, Ajudantes em geral e Auxiliares;



**b) MEIO-OFICIAL:** R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por mês;

**c) QUALIFICADOS/OFICIAL:** R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por mês - Pedreiros, Carpinteiros, Armadores, Pintores, Polidores, Marmoristas, Eletricistas, Encanadores, Ferramenteiros e outros profissionais cuja função se equipara a categoria dos qualificados.

**Parágrafo Primeiro** - Fica estabelecido que, para se obter o valor-hora do piso acima fixado, deverá ser efetuada uma simples operação aritmética, ou seja, dividir o respectivo valor-mês por 220 (duzentos e vinte).

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados pertencentes à categoria profissional conveniente serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2019, pela aplicação dos índices abaixo descritos:

**a) Para os empregados que percebam salários, praticados em 1º de janeiro de 2018,** até o valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), inclusive, aplicar-se-á reajuste pelo percentual de 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento), a partir de 1º de janeiro de 2019;

**b) Para os empregados que percebam salários, praticados em 1º de janeiro de 2018,** em valores superiores a R\$6.000,00 (seis mil reais), concede-se um aumento no valor fixo de **R\$205,80** (duzentos e cinco reais e oitenta centavos), a partir de 1º de janeiro de 2019, podendo os empregadores, por meio de negociação livre e direta com seus empregados nesta situação, aplicar valores maiores que o ora avençado.

§ 1º - Ficam automaticamente compensadas as antecipações ou reajustes salariais espontâneos que tenham sido concedidos após 1º de janeiro de 2018, ressalvando, porém, os aumentos ou reajustes salariais decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade e término de aprendizado.

§ 2º - As partes declaram que o percentual ora negociado é resultado de transação livremente pactuada, bem como atende em seus efeitos quaisquer obrigações salariais vencidas a partir de 1º de janeiro de 2018, decorrentes da legislação.

### CLÁUSULA SEXTA - ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

Os empregados admitidos após 1º de janeiro de 2018 terão o salário-base nominal reajustado, a partir de 1º de janeiro de 2019, com o mesmo percentual de correção aplicado aos admitidos anteriormente, desde que o valor não ultrapasse o menor salário da função.

§ 1º - Nas funções nas quais não houver paradigma ou nas empresas que iniciaram suas atividades após 1º de janeiro de 2018, poderá ser adotado o critério de proporcionalidade, observada a seguinte tabela, aplicável para os salários, praticados quando da admissão, até o valor de R\$6.000,00 (seis mil reais):

TABELA DE PROPORCIONALIDADE		
DATA DE ADMISSÃO DO EMPREGADO	COEFICIENTE DE PROPORCIONALIDADE MENSAL	PERCENTUAL %
01/01 A 15/01/18	1,0343	3,43
16/01 A 15/02/18	1,0314	3,14
16/02 A 15/03/18	1,0285	2,85
16/03 A 15/04/18	1,0256	2,56
16/04 A 15/05/18	1,0227	2,27
16/05 A 15/06/18	1,0199	1,99
16/06 A 15/07/18	1,0170	1,70
16/07 A 15/08/18	1,0142	1,42
16/08 A 15/09/18	1,0113	1,13
16/09 A 15/10/18	1,0085	0,85

16/10 A 15/11/18	1,0056	0,56
16/11 A 15/12/18	1,0028	0,28

§ 2º - Para os empregados que percebam salários em valores superiores a R\$6.000,00 (seis mil reais), o reajuste de que trata esta cláusula será apurado pela aplicação proporcional do valor previsto na alínea "b" do caput da **cláusula quinta** multiplicado pelo número de meses trabalhados entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.

§ 3º - Os percentuais da tabela incidirão sobre o respectivo salário de admissão, ficando compensados todos e quaisquer aumentos, reajustes e antecipações salariais que tenham sido concedidos.

§ 4º - Para observância dos critérios de fracionamento e aplicação das tabelas de proporcionalidade, deverão ser observados os salários praticados quando da admissão do empregado.

§ 5º - Para fazer jus ao percentual do mês, o empregado deve ter sido admitido até o respectivo dia 15 (quinze), sendo que as admissões posteriores ao dia 15 provocam reajuste pelo índice do mês imediatamente seguinte.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento dos salários poderá ser feito em cheques ou por cartão salário (sistema eletrônico).

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA OITAVA - SUBSTITUIÇÃO**

Serão concedidas, em favor do trabalhador substituto, as vantagens salariais do trabalhador substituído, enquanto perdurar a substituição e desde que esta não seja eventual.

### **CLÁUSULA NONA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

Será fornecido ao empregado o demonstrativo do pagamento de salários, com a discriminação das parcelas pagas e os respectivos descontos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE PERCEPÇÃO DE SALÁRIOS - FATORES CLIMÁTICOS ADVERSOS E OUTROS**

Ficam assegurados os salários dos trabalhadores, que estando à disposição do empregador, fiquem impossibilitados de exercerem suas atividades em razão dos fatores de ordem climática, falta de material ou maquinaria danificada, desde que se apresentem e permaneçam no local de trabalho durante toda a jornada laboral ou sejam dispensados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INTEGRAÇÃO DE ADICIONAIS**

Os adicionais de horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade ou de periculosidade e adicional de transferência, desde que percebidos em caráter habitual, serão acrescidos ao salário normal, pela média duodecimal, para efeito de pagamento de décimo terceiro salário, de férias normais ou proporcionais e de aviso prévio indenizado, bem como pagamento de repouso semanal remunerado, excetuando-se, quanto a este, as parcelas integrativas que tenham sido calculadas e pagas em proporção ao salário mensal, hipótese em que a integração do repouso já se fez de forma corrida.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS E VERBAS TRABALHISTAS

Em virtude da data em que as partes efetivamente fecharam esta negociação e assinaram este instrumento normativo, fica convencionado que quaisquer diferenças salariais, de verbas rescisórias e outras de natureza trabalhista, devidas a partir do mês de **janeiro de 2019** e que, em razão da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho não foram pagas, as empresas e/ou empregadores poderão pagá-las até o quinto dia útil do mês de **setembro de 2019**, juntamente com os salários de **agosto de 2019**.

**Parágrafo único** - O pagamento das eventuais diferenças salariais e de verbas trabalhistas, inclusive das parcelas rescisórias, a que se refere o *caput* desta cláusula, não sofrerá qualquer acréscimo relativo à atualização monetária ou a juros, se observado o prazo acima convencionado.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o salário/hora.

§ 1º - Não serão consideradas horas extras aquelas excedentes a 7h20min diárias, trabalhadas em regime de compensação de jornada semanal.

§ 2º - As empresas de fundação e sondagem de solos, sujeitas a esta Convenção, poderão efetuar acordo diretamente com o Sindicato dos Trabalhadores signatário do presente instrumento, para prorrogação da jornada de trabalho em circunstâncias específicas, quando será negociado um percentual especial para este caso.

## PRÊMIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ABONO DE FÉRIAS

Com o objetivo de estimular a assiduidade ao trabalho, as empresas e empregadores concederão aos seus empregados um abono de férias anual, independentemente do abono constitucional, da seguinte forma:

**A)** Para os que percebem até **R\$1.188,00 (mil, cento e oitenta e oito reais)**, o abono será igual a 80 (oitenta) horas de trabalho, a serem calculadas sobre o salário contratual;

**B)** Para os que percebem acima de **R\$1.188,00 (mil, cento e oitenta e oito reais)**, o abono será igual a 80 (oitenta) horas de trabalho, a serem calculadas sobre a porção do salário equivalente a **R\$1.188,00 (mil, cento e oitenta e oito reais)**.

§ 1º - Somente farão jus ao abono de férias ora ajustado os empregados que demonstrarem assiduidade no período aquisitivo das férias, completado durante a vigência deste acordo, entendendo-se por assiduidade a do empregado que houver faltado ao serviço até, no máximo, 3 (três) vezes durante o período aquisitivo das férias, excetuando-se as ausências previstas no art. 473 da CLT, devidamente comprovadas.

§ 2º - As horas de salário correspondentes ao abono de férias de que trata essa cláusula serão pagas ao empregado por ocasião do retorno das férias, após seu efetivo gozo, na primeira folha de pagamento subsequente. E serão estendidas, nas mesmas bases e condições ora convencionadas, à hipótese de indenização de férias adquiridas ou vencidas por ocasião da rescisão contratual. O mesmo não ocorrerá, porém, quando do pagamento de férias proporcionais no acerto final rescisório, no qual o abono de férias não será devido.

§ 3º - O abono de férias de que trata esta cláusula será calculado apenas sobre o salário fixo auferido pelo empregado, sem considerar na sua composição quaisquer outras parcelas de natureza salarial, tais como horas extras, repousos remunerados, adicional noturno, adicional de insalubridade ou de periculosidade ou qualquer outro título.

§ 4º - O fato de o empregado haver convertido 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário não importará na redução do presente abono de que trata esta cláusula.

§ 5º - Os empregados que receberem seus salários por mês terão esses salários convertidos em horas, para efeito de pagamento do abono ora instituído.

§ 6º - A faixa salarial referida nas letras A e B do *caput* desta cláusula sofrerá os mesmos reajustes e antecipações que, porventura, vierem a ser aplicados aos salários da categoria profissional conveniente.

§ 7º - O abono de férias de que trata o *caput* desta cláusula não integrará a remuneração do empregado para os efeitos da legislação do trabalho e da previdência social (INSS), consoante dispõe o art. 144 da CLT.

§ 8º - No caso de parcelamento de férias, previsto no §1º do artigo 134 da CLT, o pagamento do abono previsto no presente artigo ocorrerá de uma só vez, quando do gozo do último período ou quando do pagamento de eventuais verbas rescisórias, se for o caso.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CESTA BÁSICA

As empresas concederão, aos empregados que preencherem os requisitos previstos no parágrafo 1º desta Cláusula, uma cesta básica por mês com, pelo menos, 20 (vinte) quilos, em 6 (seis) produtos diferentes, dentre eles, obrigatoriamente, arroz, feijão e açúcar, procedendo o desconto respectivo nos salários dos empregados de quantia equivalente a 10% (dez por cento) do valor da cesta. **Fica vedada a inclusão do sal dentre os produtos componentes da cesta básica.**

§ 1º - Farão jus à cesta básica os empregados que trabalharem no canteiro de obra, auferindo salário igual ou inferior a 5 (cinco) salários mínimos e que demonstrarem assiduidade integral, entendendo-se esta a do empregado que não houver faltado ao serviço nenhuma vez durante o mês, ressalvadas apenas as ausências justificadas por motivo de acidente de trabalho, devidamente comprovadas por documento hábil. O fornecimento da cesta básica ao acidentado ficará limitado ao período de um ano.

§ 2º - A empresa poderá, em substituição à entrega de uma cesta básica *in natura* no local de trabalho (obra), fornecer um vale-cesta ou cartão eletrônico que permitirá ao trabalhador efetuar a troca junto a um fornecedor, respeitando-se sempre as mesmas condições e os produtos estabelecidos nesta Cláusula.

§ 3º - As empresas que fornecem refeições aos seus empregados, nos canteiros de obra, não estão obrigadas a concederem a cesta básica.

§ 4º - O empregador será obrigado a entregar a cesta básica ou o correspondente vale-cesta e/ou cartão eletrônico ao empregado que fizer jus até o dia dez (10) do mês subsequente àquele em que adquiriu esse direito.

§ 5º - As empresas deverão exigir do fornecedor da cesta básica, na hipótese de *in natura*, a observância dos requisitos previstos na legislação pertinente, inclusive, se for o caso, A Instrução Normativa do INMETRO.

§ 6º - Para os efeitos da presente cláusula, equipara-se ao canteiro de obras, consistente nas atividades usuais da construção civil, os ambientes em que são executadas as montagens de estruturas ou de edificações pré-fabricadas, o que não incluem os locais de fabricação de tais estruturas, nem os escritórios administrativos das empresas.

§ 7º - Os empregadores poderão, a seu critério, fornecer vales alimentação com valores diferenciados, conforme o cargo ou a função exercida, aos empregados que não trabalhem nos canteiros de obra, ou para aqueles que, trabalhando nos canteiros, não se inserem nos requisitos previstos na presente cláusula.

§ 8º - As empresas deverão observar que a concessão da cesta básica de 20kg que trata o "caput" da cláusula passa a vigorar a partir de 1º de setembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019. Assim, as empresas que concederam cesta básica com peso inferior, em período anterior a 1ª de setembro de 2019, ficam dispensadas de complementar a cesta básica.

§ 9º - O benefício "Auxílio Alimentação" que trata este "caput", não é base de cálculo de contribuições ao INSS e de FGTS, não tendo qualquer natureza salarial ou contra prestativo, não se sujeitando à integração na remuneração, sob qualquer pretexto ou alegação.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas ficam obrigadas ao pagamento do funeral do empregado que vier a falecer em razão de acidente do trabalho, limitado este ônus ao valor equivalente a **R\$914,72 (novecentos e quatorze reais e setenta e dois centavos)**. Este valor sofrerá correção de acordo com os mesmos índices de reajustes aplicáveis aos salários da categoria profissional.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - READMISSÃO DE EMPREGADOS**

No caso de readmissão do empregado para a mesma função anteriormente exercida, não será celebrado o contrato de experiência, desde que a readmissão ocorra num prazo inferior a 12 (doze) meses.

### **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA**

Todo empregado demitido sob acusação de falta grave deverá ser cientificado do ato da dispensa, por escrito, e contra recibo das razões determinantes de sua demissão, sem prejuízo de outras razões.

### **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AVISO DE DISPENSA IMEDIATA E AVISO PRÉVIO**

A título elucidativo, convencionam que:

- a) aviso de dispensa imediata constitui o comunicado, feito pela empresa ao empregado, de que seu contrato de trabalho está rescindido, estando o mesmo desobrigado ao cumprimento do aviso prévio;
- b) aviso prévio constitui a notificação que a empresa dá ao empregado de que seu contrato de trabalho será rescindido após decorrido o prazo fixado em lei, estando o empregado obrigado a trabalhar nesse lapso temporal.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO**

Será concedido 1 (um) dia a mais no pagamento do aviso prévio, para cada ano trabalhado, desde que o empregado tenha mais de 45 anos de idade e mais de 3 anos contínuos de serviço prestado à empresa quando da rescisão do contrato de trabalho.

### **MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA/TERCEIRIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATOS DE EMPREITADA**

Os contratos de empreitada e subempreitada de mão de obra devem ser celebrados com empreiteiros e/ou subempreiteiros constituídos sob a forma de pessoa jurídica e autônomos, devidamente organizados e registrados nos órgãos competentes e com endereços e sede claramente especificados nos instrumentos contratuais. Além disso, os contratantes deverão fazer a retenção de um percentual mínimo sobre a fatura de pagamento dos subempreiteiros, nos termos da legislação que trata da matéria, para garantia do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte desses, exigindo-lhes, a cada mês, prova da satisfação dos encargos pertinentes à mão de obra utilizada na subempreitada.

### **CONTRATO A TEMPO PARCIAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

Fica instituído para as empresas e trabalhadores representados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais – Sinduscon-MG e pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Viçosa e Região, o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, na forma do disposto na Lei nº 9.601 de 21/01/98, regulamentada pelo Decreto nº 2.490 de 04/02/99.

**§ Único:** Os critérios e condições que regerão a aplicação do instituto previsto no *caput* serão objeto de negociação direta entre o Sindicato Profissional e a Empresa e/ou Empregador, respeitadas as disposições legais pertinentes, devendo o Sindicato Obreiro obrigar-se a negociar com o interessado tão logo seja convidado.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ALFABETIZAÇÃO**

A fim de propiciar ao trabalhador da construção civil o resgate de sua cidadania, recomenda-se às empresas a adoção do programa de alfabetização nos canteiros de obras para seus operários, em parceria com os sindicatos convenientes.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REFERÊNCIA**

As empresas abrangidas por esta convenção, quando solicitadas e desde que conste de seus registros, informarão os cursos concluídos pelo empregado.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO**

Fica facultado às empresas e trabalhadores representados pelas entidades convenientes, suspender o contrato de trabalho para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional, nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.726, 03/11/98.

**§ Único:** Os critérios e condições que regerão a aplicação do instituto previsto no *caput* serão objeto de negociação direta entre o Sindicato Profissional e a Empresa e/ou Empregador, devendo o Sindicato Obreiro obrigar-se a negociar com o interessado tão logo seja convidado.

## **FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS**

Atendendo ao estímulo que os empregados devem ter para sua melhor qualificação, recomenda-se às empresas o financiamento de ferramentas adequadas ao bom desempenho de suas atividades, desde que haja prévia e expressa concordância dos interessados quanto ao valor do financiamento e a forma de pagamento.

**§ 1º** - Recomenda-se às empresas fornecer gratuitamente as ferramentas de trabalho aos seus empregados promovidos no momento da promoção, de forma a permitir-lhes dar início à nova função.

**§ 2º** - As empresas que não dispuserem de empregados que tenham como tarefas específicas as de limpeza e conservação de ferramentas, deverão estruturar seus serviços ou pelo menos designar os que habitualmente cumprirão esta tarefa, que se recomenda tenha início, pelo menos, trinta minutos.

## **ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DE EMPREGO - GESTANTE**

Será concedida garantia de emprego à empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto, nos moldes da alínea b, do inciso II, do Art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ressalvadas as hipóteses de cometimento de falta grave, término do contrato a prazo e término da obra.

## **ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - GARANTIA AO TRABALHADOR ACIDENTADO**

Na hipótese do empregado sofrer acidente do trabalho, será observado o disposto no artigo 118 da Lei 8.213/91.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPREGADOS EM VIA DE APOSENTADORIA**

As empresas concederão estabilidade provisória aos empregados que necessitem de até 12 (doze) meses para aquisição de aposentadoria por tempo de serviço, desde que tenham 7 (sete) anos contínuos de trabalho na empresa. A concessão deste benefício fica condicionada à comunicação do empregado ao empregador de sua situação de pré-aposentadoria, devidamente comprovada, antes do início do prazo previsto para a estabilidade.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO E DA COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO**

Os empregados, inclusive mulheres e menores, poderão ser dispensados do trabalho aos sábados ou em qualquer outro dia de trabalho, em todo o expediente ou em parte dele, com a correspondente prorrogação da jornada de trabalho de segunda a sexta-feira, respeitada a jornada avençada, nunca superior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

§ 1º - As horas compensadas na jornada de trabalho, conforme aqui estabelecido, não são consideradas como extraordinárias, portanto, não sofrerão os acréscimos dos adicionais previstos nesta convenção, nem qualquer outro acréscimo.

§ 2º - Fica estabelecido que, não obstante a adoção do sistema de compensação de horário previsto nesta cláusula, o sábado deverá ser considerado como dia útil não trabalhado, e não dia de repouso semanal, para todos os efeitos, isso significando que o empregador poderá voltar a exigir o trabalho nesse dia, em caso de necessidade de serviço.

§ 3º - Quando a empresa adotar o sistema de prorrogação e compensação de horário, e o feriado recair em um dia de 2ª a 6ª feira, poderá compensar as horas de prorrogação relativas àquele dia de feriado com o trabalho das horas correspondentes no sábado seguinte ou nas semanas subsequentes, dentro do mesmo mês. Se o feriado, porém, recair em um sábado, a empresa terá que abolir a prorrogação das horas correspondentes, também dentro do mesmo mês, ou pagá-las como se extraordinárias fossem.

§ 4º - Ficam as empresas e/ou empregadores autorizados, através de acordo individual e escrito diretamente com seus respectivos trabalhadores, a prorrogar a jornada de trabalho, em qualquer dia da semana, inclusive no sábado, especificando os dias, para compensar dias-ponte de feriados legais ou recessos da empresa, a exemplo de: dias de carnaval, semana santa, natal, ano-novo etc. Nesse caso, as respectivas horas suplementares não serão remuneradas e nem consideradas extraordinárias para os efeitos da legislação trabalhista.

§ 5º - Fica autorizado a todas as empresas e/ou empregadores que se utilizam de serviços de vigias, optar pelo regime de compensação da escala de 12 X 36, devendo, nesse caso, ser firmado acordo individual e escrito com seus respectivos trabalhadores.

## **DESCANSO SEMANAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCANSO SEMANAL**

Ao empregado que tenha sido convocado para o trabalho, em dia de repouso, será garantida uma folga correspondente, ou as horas trabalhadas ser-lhe-ão remuneradas como extraordinárias.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DE FALTA JUSTIFICADA POR ATESTADO MÉDICO**

Quando houver compensação de horas, a ausência justificada por atestado médico será paga com base na jornada correspondente ao dia da ausência.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FALTA DO EMPREGADO ESTUDANTE**

Não poderá ser exigida do empregado estudante a prestação de horas extraordinárias, desde que o mesmo comprove mensalmente, ao empregador, a sua condição de estudante.

**Parágrafo Único** - Será abonada a falta do empregado estudante, desde que:

- a) seja por motivo de prova em estabelecimento de ensino;
- b) o horário da prova coincida, total ou parcialmente, com o horário de trabalho do empregado;
- c) o empregado avise o empregador com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- d) o empregado comprove, com atestado da escola, o efetivo comparecimento à prova.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONCESSÃO E INICIO DO GOZO DE FÉRIAS**

O início das férias, coletivas ou individuais, não poderá ocorrer no período de dois dias que antecede feriado ou o dia de repouso semanal remunerado, também não podendo coincidir com sábado, domingo ou dia já compensado, devendo o empregado receber a comunicação 30 (trinta) dias antes e o pagamento deverá ser feito nas condições do Art. 145 e parágrafo da CLT.

## **LICENÇA REMUNERADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - RECEBIMENTO DO PIS**

A empresa que assim o preferir poderá receber o PIS devido ao empregado perante o órgão competente, repassando a importância recebida para o mesmo ou, então, deverá conceder-lhe licença remunerada igual a meio expediente, a fim de que ele possa receber tais verbas.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ÁGUA POTÁVEL**

A água potável será oferecida aos trabalhadores, conforme exigência legal.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO CONTRA ACIDENTES DO TRABALHO**

As empresas obrigam-se a cumprir e fazer cumprir as normas legais de segurança, higiene e medicina do trabalho, aplicáveis ao setor da construção civil, adotando todas as medidas preconizadas a fim de se evitarem acidentes do trabalho.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ANDAIME DE MADEIRA**

Fica proibido utilizar andaimes tabuados com menos de 25 mm de espessuras e pernas com qualquer das faces menor que 40 mm, assim como, em caso de madeira branca, fica proibida a sua reutilização em andaime.

## **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - EPI**

As empresas fornecerão gratuitamente a seus empregados equipamentos de proteção individual, quando exigidos para prestação de serviços, respeitadas as normas legais, contra recibo especificado para tal fim.

**Parágrafo Único** - Quando da dispensa do obreiro, fica o mesmo obrigado a restituir a empresa os EPIs em seu poder, nas condições em que se encontrarem, sob pena de ressarcir o custo dos mesmos.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**



Os empregadores são obrigados a fornecer os Equipamentos de Proteção Individual e aplicáveis a atividade do empregado, na quantidade, forma e periodicidade prevista na legislação, além dos treinamentos de segurança do trabalho pertinentes.

**Parágrafo Único** - A não utilização dos Equipamentos de Proteção Individual, uma vez fornecidos de forma correta e tempestiva pelo empregador, enseja a possibilidade de aplicação das penalidades previstas na legislação trabalhista.

## UNIFORME

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME

As empresas fornecerão aos empregados, gratuitamente, uniformes, quando for exigido o uso.

## ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADO MÉDICO OU ODONTOLÓGICO

Serão reconhecidos e terão plena validade os atestados médicos e/ou odontológicos, oficiais ou oficializados por credenciamento, independente de ordem e origem, excluídos os particulares.

## PRIMEIROS SOCORROS

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - REMOÇÃO DO EMPREGADO ACIDENTADO

As empresas são responsáveis pela remoção do empregado acidentado no trabalho, providenciando veículo para levá-lo até o local onde será adequadamente atendido, ou até o local da contratação, caso o acidente exija tal remoção.

## OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - USO DE APARELHOS ELETRÔNICOS E TELEFONES CELULARES

O empregador não poderá retirar ou reter aparelhos eletrônicos e telefones celulares de uso pessoal do trabalhador no local de trabalho, que não prejudiquem a segurança dele ou de terceiros.

**§ único** - Como forma de evitar riscos de acidentes do trabalho, durante a execução de tarefas no canteiro de obras e no horário de trabalho não deverão ser utilizados telefones celulares, bem como fones de ouvido de equipamentos eletrônicos musicais.

## RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - VISITA AO LOCAL DE TRABALHO

Mediante prévio entendimento com a administração empresária, poderá o Sindicato profissional, através de seus dirigentes devidamente credenciados, visitar os locais de trabalho de seus representados, no máximo, uma vez por mês, para assisti-los, verificar as condições de execução da Convenção Coletiva e facilitar a sindicalização, vedada a divulgação de propaganda político partidária ou ofensiva a qualquer pessoa física ou jurídica.

**Parágrafo único** – Recomenda-se que o horário da visita seja agendado para o início do expediente da manhã (das 7h às 8h) ou no início da tarde (das 12h às 13h), objetivando não paralisar os trabalhos nos canteiros de obras.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

A assistência para a aplicação da convenção coletiva de trabalho aos não associados do SINDUSCON-MG está condicionada ao pagamento anual da Contribuição Assistencial Patronal, em favor do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais, **até o dia 30 de setembro de 2019**. O pagamento poderá ser feito através de guia específica que será enviada em tempo hábil às empresas, para recolhimento na rede bancária nela indicada, considerando a seguinte tabela:

Faixa	Capital Social vigente			Valor a pagar (R\$)
1ª		até	782.121,66	300,00
2ª	782.121,67	a	3.128.486,64	500,00
3ª	3.128.486,65	a	25.027.894,13	750,00
4ª	25.027.894,14	em diante		980,00

§1º - A assistência para a aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho prevista na presente cláusula concerne ao atendimento, presencial ou remoto, à empresa, ao empregador ou seu preposto e escritório de contabilidade, ou qualquer outra pessoa responsável pela elaboração da folha de pagamentos, indicada pela empresa pertencente a categoria econômica, para a orientação e interpretação de suas cláusulas em casos concretos.

§2º - A empresa que efetuar o recolhimento da contribuição prevista na presente cláusula também poderá participar de assembleias convocadas pelo SINDUSCON-MG para a discussão sobre a celebração de convenções coletivas de trabalho.

§3º - A empresa que efetuar o recolhimento também terá direito ao atendimento, presencial ou remoto, para orientações acerca do cálculo do Custo Unitário Básico - CUB, divulgado pelo SINDUSCON-MG.

§4º - A empresa que efetuar o recolhimento terá, ainda, direito a 20% (vinte por cento) de desconto no valor original dos cursos, palestras e treinamentos organizados pelo Centro de Treinamento do SINDUSCON-MG.

§5º - O pagamento do valor formaliza a opção da empresa integrante da categoria econômica pela assistência prevista na presente cláusula, sendo que as empresas não associadas ao SINDUSCON-MG que optarem por não efetuar o pagamento previsto na presente cláusula não terão direito a orientação, presencial ou remota, para aplicação das regras da convenção coletiva de trabalho, nem poderão participar das assembleias a que se refere o parágrafo primeiro, além de não terem acesso a orientação sobre o cálculo do CUB.

§6º - Após o dia **30 de setembro de 2019**, os valores previsto nesta cláusula sofrerão atualização monetária com base na variação do INPC (IBGE) ou outro índice que vier a substituí-lo em caso de extinção, *pro rata tempore die*, tomando-se como base para a apuração do período a data original de vencimento, além do pagamento pela empresa inadimplente da multa de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, os quais incidirão sobre o valor corrigido monetariamente.

## CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES

As empresas descontarão dos empregados abrangidos por este instrumento normativo, como meras intermediárias, na folha de pagamento do mês de **setembro/2019** a quantia equivalente a um dia do salário base, e recolherão o produto desta arrecadação em guia própria fornecida pela entidade beneficiada ou depósito bancário na conta corrente nº 501.056-7, Operação - 003, da Caixa Econômica Federal, agência - 0164, em favor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Viçosa e Região - SINTICONV, até o 10º (décimo) dia útil após o desconto.

**A - Direito de oposição** - Fica assegurado ao trabalhador, que venha comprovar sua condição de não associado ao Sindicato Profissional, o exercício de oposição ao desconto previsto no *caput* desta Cláusula, o qual poderá ser feito no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura deste instrumento, perante o Sindicato Profissional, através de documento escrito.

**B** - Se houver atraso no recolhimento do valor descontado dos empregados, as empresas deverão efetuar-lo com o acréscimo da atualização monetária verificado pela variação do IGP/M da Fundação Getúlio Vargas do respectivo período, além da multa de 2% (dois por cento) de atraso.

**C** - Efetuado o desconto, as empresas deverão enviar ao Sindicato Profissional a relação dos descontados, com a discriminação dos respectivos valores recolhidos.

**D** – O Sindicato Profissional se compromete a remeter, antes da efetivação do referido desconto, para as empresas, uma circular explicativa do mesmo.

**E** - Aplica-se o disposto na presente Cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive às Empreiteiras, Subempreiteiras e aos Condomínios em obra.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL CONFEDERATIVA**

As empresas descontarão nos salários de todos os empregados abrangidos por esta Convenção, nos termos da aprovação da Assembleia profissional, mensalmente, à exceção do mês de **setembro/19**, como mera intermediária, a Contribuição Confederativa, de acordo com o estabelecido na letra **B** a seguir, e recolherão o produto desta arrecadação ao Sindicato Profissional, até o décimo dia subsequente ao mês do respectivo desconto, por meio de guias próprias, que serão fornecidas em tempo hábil pelo favorecido.

**A - Direito de oposição** - Fica assegurado a qualquer trabalhador, abrangido por esta Convenção Coletiva, o exercício de oposição ao desconto acima previsto, o qual poderá ser feito perante o Sindicato Profissional, através de documento escrito, ressalvado o caso dos empregados analfabetos que deverão procurar diretamente o Sindicato.

**B** - A Contribuição Confederativa será equivalente a **R\$12,00 (doze reais)**.

**C** - O produto da arrecadação desta contribuição destina-se ao custeio da assistência médica odontológica e jurídica dos trabalhadores e seu grande número de dependentes. Destina-se, ainda, a custear os inúmeros projetos sociais e assistenciais aos integrantes da categoria, uma vez que a receita da contribuição compulsória é insuficiente para a demanda.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

As empresas fornecerão à entidade sindical uma relação dos empregados existentes na data-base, dela constando o nome, profissão e remuneração de cada um deles, para fins de estudos estatísticos e projetos assistenciais.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas permitirão a fixação de quadros de aviso pelo Sindicato profissional em locais apropriados para tal, acessíveis aos empregados, para divulgação de matérias de interesse da categoria profissional, sendo vedada a divulgação de matérias de interesse político-partidário ou ofensivas a quem quer que seja.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - REPRESENTATIVIDADE DA CATEGORIA**

As partes convenientes reconhecem que a representatividade da categoria abrangida pelo presente instrumento dá-se no local onde o trabalho é executado, desvinculado do domicílio do empregador.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO**

As partes obrigam-se a observar fiel e rigorosamente, a presente Convenção, por expressar o ponto de equilíbrio entre as reivindicações apresentadas pela Sindicato profissional e os oferecimentos feitos em contraproposta pela entidade sindical patronal.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ATIVIDADES DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

As partes esclarecem que o presente instrumento abrange as atividades de construção de edificações residenciais, comerciais, industriais ou públicas, de qualquer uso ou destinação, inclusive em condomínio e em empreitada total ou parcial; incorporação imobiliária; reformas, manutenções correntes em edificações, parciais ou totais; complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza já existentes; montagem de edifícios e casas pré-moldadas ou pré-fabricadas de qualquer material, de natureza permanente ou temporária; obras de acabamento; demolições; preparações de terreno para obra; fundações; impermeabilização e quaisquer atividades próprias de construção civil, realizadas pelo responsável pela obra ou por empresas terceirizadas.

**DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - MULTA**

Constatada a inobservância por qualquer das partes ou de qualquer cláusula da presente Convenção, será aplicada à inadimplente multa equivalente a 01 (um) dia de salário, elevada para 02 (dois) dias de salário, em caso de reincidência específica, importância que reverterá em benefício da parte prejudicada.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - PRORROGAÇÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - JUÍZO COMPETENTE**

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir divergências na aplicação desta Convenção.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DATA DA CELEBRAÇÃO DA PRESENTE CCT**

As partes declaram que a presente convenção foi celebrada no dia 16 de agosto de 2019.

**GERALDO JARDIM LINHARES JUNIOR**  
PRESIDENTE  
SINDICATO DA IND DA CONST CIVIL NO ESTADO DE M GERAIS

**JOSE HORTA DA SILVA**  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL E DO MOBILIARIO DE VICOSA E REGIAO

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA DE AGE DA CATEGORIA PROFISSIONAL**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Calculadora do cidadão**Acesso público  
27/08/2019 - 09:34**[CALFW0302]**

Início -&gt; Calculadora do cidadão -&gt; Correção de valores

**Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)****Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)****Dados informados**

Data inicial	07/2018
Data final	06/2019
Valor nominal	R\$ 364,14 ( REAL )

**Dados calculados**

Índice de correção no período	1,03366410
Valor percentual correspondente	3,366410 %
Valor corrigido na data final	R\$ 376,40 ( REAL )